

Roberto Vecchi (2010), *Excepção atlântica. Pensar a literatura da Guerra Colonial*. Prefácio de Margarida Calafate Ribeiro

Maria Irene Ramalho



Electronic version

URL: <http://rccs.revues.org/4875>
ISSN: 2182-7435

Publisher

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Printed version

Date of publication: 1 mars 2012
Number of pages: 197-199
ISSN: 0254-1106

Electronic reference

Maria Irene Ramalho, « Roberto Vecchi (2010), *Excepção atlântica. Pensar a literatura da Guerra Colonial*. Prefácio de Margarida Calafate Ribeiro », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 96 | 2012, colocado online no dia 15 Fevereiro 2013, criado a 02 Outubro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/4875>

The text is a facsimile of the print edition.



Recensões

Roberto Vecchi (2010), *Excepção atlântica. Pensar a literatura da Guerra Colonial*. Prefácio de Margarida Calafate Ribeiro. Porto: Afrontamento, 202 pp.*

Grande estudioso das culturas lusófonas, com particular destaque para a portuguesa e a brasileira, o italiano Roberto Vecchi, professor em várias universidades em Itália e no mundo, e investigador associado do Centro de Estudos Sociais, tem a grande capacidade de iluminar essas culturas sobre que mais atentamente se debruça. O livro que acaba de publicar reúne importantes ensaios sobre um dos temas que o têm ocupado mais nos últimos anos: a especificidade do colonialismo português, o trauma da Guerra Colonial e as muitas formas que a sua literatura tem desocultado para o calar e, no mesmo fôlego, para o dizer. De saudar a Afrontamento por ter ousado publicar um livro de tantos desafios como este, mas de lamentar que não tenha submetido o manuscrito a um rigoroso *copy editing*, a fim de lhe eliminar alguns pontos de menor lucidez expositiva. Bem sei que não é costume as nossas editoras terem leitores especializados que se encarreguem da preparação dos manuscritos para publicação, mas é pena. Consta, por exemplo, que o grande teórico e crítico comparatista de nacionalidade americana, Fredric Jameson (Holberg International Memorial Prize 2008), sempre beneficiou largamente da revisão editorial dos seus *copy editors*. No que diz respeito a este livro de Roberto Vecchi, impunha-se uma revisão cuidadosa de textos escritos originalmente em diferentes línguas, lidos pelo autor em italiano e citados no livro em versão portuguesa de sua autoria.

Uma “Nota Editorial” a fechar o volume explica a origem dos diferentes ensaios e a revisão a que foram sujeitos para inclusão neste livro. Exceptuando o primeiro (“Identificação de uma guerra, identificação dum país. Genealogia das excepções da ‘excepção atlântica’: uma introdução”) e o sétimo (“Desfecho temporário: Excepção vs. excepcionalismo atlântico?”), que “são completamente inéditos” (p. 199), todos os restantes textos foram substancialmente revistos antes de transformados em capítulos deste livro e articulados entre si a partir de um amplo e exigente enquadramento teórico. Detenho-me ligeiramente num deles, o quinto, que eu tinha já lido com muito interesse, anteriormente publicado no número especial da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 68, sobre “As mulheres e a Guerra Colonial”, organizado por António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro (2004). De assinalar imediatamente a alteração do título. Antes intitulado “Incoincidências de autoras: Fragmentos de um discurso não só amoroso da Guerra Colonial”, intitula-se agora “A guerra colonial, a escrita de género, o trágico e o autor póstumo” (p. 123-148). Fiquei desolada quando compreendi que “escrita de género” era a fórmula a que o autor recorria para referir a escrita produzida por mulheres na literatura da nossa Guerra Colonial. Rejeito a famigerada transliteração do inglês “gender” em “género” entre nós (curiosamente, não tanto na Itália) para dizer “mulheres”

* Por vontade da autora este texto não segue o novo Acordo Ortográfico.

ou diferença sexual. Ou mesmo sexo(s) ou inter-sexos. Ou até inter-identidades. Observe-se, no entanto, na versão revista do artigo, além do alargamento temático, o ambicioso enquadramento teórico que acaba fundando todo o livro. A epígrafe retirada da *Antígona* de Sófocles (“Não testemunhará isto quem morreu”) anuncia a reflexão sobre as relações entre a memória e a história, e sobre a impossibilidade do testemunho como sendo justamente o trágico da nossa modernidade de portugueses pós-coloniais, um trágico que se centra na culpa (*hamartia*), e que é a experiência peculiar, por exemplo, da “mulher do alferes miliciano” em *A costa dos murmúrios* de Lídia Jorge (p. 137). A vivência pós-conflito da recuperação da lei não escrita (*nómos ágraphos*) impõe-se ao sujeito da escrita como subversão da lei escrita (*nómos graphos*), que é a lei do poder soberano. E aqui tocámos já num dos conceitos teóricos fundamentais que preside a este livro, e que é o poder soberano e a vida nua de Giorgio Agamben – o estado de excepção, que Agamben repensa na sua influente obra sobre o *homo sacer* a partir de Carl Schmitt.

E que tem a “excepção atlântica” do título deste livro de Roberto Vecchi a ver com esta conceptualização? Como nota Margarida Calafate Ribeiro no seu prefácio, Roberto Vecchi “parte da provocação lançada por Eduardo Lourenço no ensaio *Portugal como destino: dramaturgia cultural portuguesa*, ao definir a situação portuguesa com a expressão ‘insólita excepção portuguesa’” (p. 11). O que não resulta claro no livro, porém, é que a “insólita excepção portuguesa” sobre que se debruça Lourenço é a formação específica de Portugal como nação autónoma nos primórdios de uma Europa multimoda, um país que se constituiu muito cedo como realidade étnico-religiosa e geográfica de nítidos contornos, uma realidade que desde o princípio se concebeu

messiânica, e rapidamente se tornou mito de cristã e imperial vocação. Esta mitologia expansionista consolida-se literariamente, desde os *Lusíadas* de Camões à *Mensagem* de Pessoa (neste último caso, claro que *a contrario*), na expansão e no colonialismo português, e é a partir daí que a “excepção” agambiana de Vecchi tem de entender-se: o estado soberano que fez dos povos colonizados o *homo sacer* da nossa modernidade, esse ser descartável porque de nada valendo, nem sequer como vítima sacrificial.

Talvez a relevância do pensamento de Roberto Vecchi sobre a portuguesa condição colonial e pós-colonial se tornasse mais clara se repensada, para além da concepção do conceito da “imaginação do centro” de Boaventura de Sousa Santos, amplamente referida, à luz das teses deste último pensador em “Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes” (2007). Boaventura de Sousa Santos é, aliás, e bem, tal como Eduardo Lourenço, uma referência fundamental neste livro no que diz respeito às realidades e fantasias do império português e suas trágicas consequências (e remeto aqui para a reformulação benjaminiana do trágico oportunamente desenvolvida por Vecchi em vários pontos deste livro [e.g. p. 23, 108]). Vecchi socorre-se frequentemente do pensamento de Eduardo Lourenço, desde *O labirinto da saudade* (1978) a *Portugal como destino* (1999), bem como do ensaio matricial de Santos, intitulado “Entre Próspero e Caliban” (2001; 2006). Outra referência fundamental para Vecchi é o trabalho pioneiro de Margarida Calafate Ribeiro sobre a literatura do pós-colonialismo português, designadamente em *Uma história de regressos. Império, Guerra Colonial e pós-colonialismo* (2004) e “As mulheres portuguesas e a Guerra Colonial” (2002); talvez por lapso, *África no feminino. As mulheres portuguesas e a*

Guerra Colonial (2007), da mesma autora, não consta da bibliografia.

Mas o mais original contributo deste livro de Roberto Vecchi e, ao mesmo tempo, o que mais problemas levanta a quem o lê tem a ver com a enorme erudição filosófica do seu autor no âmbito da tradição ocidental, com destaque para filósofos como Nietzsche, Benjamin, Arendt, Foucault, Adorno, Agamben e Cavarero. Vecchi traz assim um enriquecimento conceptual invulgar ao *corpus* literário da sua análise (muitos dos nossos autores mais marcantes do século xx não poderão voltar a ser lidos da mesma maneira), não deixando, ao mesmo tempo, de frustrar muitos dos seus leitores, que não estarão, evidentemente, tão bem informados filosoficamente quanto ele próprio, e que dele esperariam um trabalho mais aturado de articulação e especificação claras dos diferentes conceitos utilizados. É sobretudo através do pensamento dos filósofos citados que Vecchi constrói, em seis densos capítulos, uma complexa lente de leitura da nossa literatura da Guerra Colonial, acabando por concluir, uma vez mais, pela impossibilidade de essa escrita dizer a tragédia de que inocentemente os seus sujeitos se descobrem vítimas e culpados ao mesmo tempo. Somos assim convidados a reler de novos e estimulantes ângulos as obras de, entre outros, Manuel Alegre, António Lobo Antunes, Lídia Jorge, João de Melo, Francisco Assis Pacheco e Wanda Ramos, seja no contexto da fragilidade da testemunha que não tem quem dela dê testemunho (como no poema de Paul Celan citado por Vecchi mais do que uma vez [e.g. p. 39, 72]) ou na própria impossibilidade do testemunho, como em Primo Levi, seja à luz da melancolia freudiana pelo luto que nunca será possível fazer (e talvez fosse produtivo convocar aqui também a Judith

Butler de *Precarious Life* [2004]), seja pela consideração do biopoder de Foucault, seja ainda da perspectiva do “horrorismo” (Cavarero) que subjaz à irrepresentabilidade, à incomunicabilidade e à ausência de cuidado da modernidade pós-colonial. Independentemente de alguma exposição menos clara para quem não conheça tão bem as suas referências, as pistas inovadoras aí estão a estimular os leitores interessados.

Impressionou-me também neste livro o aproveitamento inteligente que Roberto Vecchi faz do romance de José Saramago, *Manual de pintura e caligrafia* (1977), uma obra que se não assume como pós-colonial, mas que é “o relato de uma crise” (p. 97), e em que o nosso Nobel, numa “imagem fundadora do horror dos dois lados”, como muito bem diz Vecchi (p. 24), soube magistralmente fazer reverberar, de forma subtil, a tragédia do império colonial português. E é a propósito dessa imagem, descrita por Vecchi – “um corpo branco rebeitado por uma mina e um corpo negro queimado com napalm com as orelhas cortadas e guardadas algures em algum frasco de álcool” (p. 24) – que esta leitora recorda a questão levantada pelo autor no seu “Preâmbulo”, a partir de reflexões de Susan Sontag em *Regarding the Pain of Others* (2003). Sontag, falando de fotografia, tem dúvidas acerca do que pode ou não ser representado sem ofender o que se representa. Representar o outro pode bem ser feri-lo irremediavelmente, se não mesmo excluí-lo da comunidade hegemónica reconhecida. Pensar é aqui um imperativo mas, ao contrário do que Vecchi diz, pensar não altera esta situação (p. 11). E este estudo de Roberto Vecchi aí está a confirmá-lo.

Maria Irene Ramalho